



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Gabinete do Ministro

Intervenção de Sua Excelência o Ministro, por ocasião da abertura do Conselho Coordenador

“A industrialização como instrumento dinamizador da Economia Rural”

(Inhassoro, 18 a 21 de Junho de 2008)

Senhor Governador da Província de Inhambane
Excelência
Senhor Administrador do Distrito de Inhassoro
Prezada Secretária Permanente
Distinto Inspector Geral
Prestigiados Directores Nacionais e Directores Nacionais Adjuntos
Ilustres dirigentes de instituições subordinadas ao Ministério
Estimados convidados
Minhas senhoras
Meus senhores

Ao iniciar a minha alocução por ocasião da abertura do nosso VI Conselho Coordenador que este ano se realiza aqui na pacata vila de Inhassoro, parte do mosaico das terras lindas de Inhambane, a terra da boa gente, permitam-me que, em vosso nome, saúde as autoridades locais por terem aceite acolher-nos e por terem criado as melhores condições para o nosso trabalho.

Prezados membros do Conselho Coordenador

Vindes do Niassa e de Manica, de Nampula e de Gaza, vindes de todo o País. Vindes de Washington e Macau, de Lisboa e Nova Deli, de Genebra, Bruxelas e de Johannesburg, desejosos de fazer o balanço da prestação do Ministério desde o último Conselho Coordenador, medir o seu pulso e medicá-lo para os próximos doze meses. A todos vós estendo uma saudação especial.

O presente Conselho Coordenador, sob o lema “A industrialização como instrumento dinamizador da Economia Rural”, realiza-se numa altura em que o mundo atravessa uma crise alimentar sem precedentes associada a uma subida galopante e até agora incontrolável dos preços de petróleo. Esta crise resulta da conjugação de alguns factores como: um consumo a nível mundial maior do que a produção, uma intensificação e uma frequência cada vez maior dos desastres naturais e uma redução do nível de stocks de cereais que, de acordo com o PMA se encontram actualmente ao nível mais baixo dos últimos 30 anos. O Banco Mundial estima que 100 milhões de pessoas estão em risco de serem lançadas para a fome e pobreza extrema.

Na mês de Maio e na semana passada, na companhia de alguns dos nossos directores nacionais e provinciais visitei dois países da Ásia para, entre outros assuntos, comprar arroz, visto que não o produzimos o suficiente para alimentar a nossa população.

Esta manhã, ao sobrevoar largas parcelas de Massinga e Vilanculos vi terra fértil em todo o lado. Durante o percurso de carro do aeroporto de Vilanculos até aqui, vi outras tantas terras férteis que, aliás, direi mesmo, cobrem Moçambique inteiro. Em Pambara, encontrei gente alegre e trabalhadora, característica de todos os moçambicanos.

Tudo isto fez-me pensar numa pergunta que coloquei há cerca de um mês a quadros nossos reunidos algures em Chidenguele. Questionava eu sobre a razão da fome em Moçambique. Até aqui, nenhum daqueles quadros ou outro com quem falei a posteriori me respondeu, não porque não saiba mas, porque a resposta é tão trivial e óbvia. Hoje, aqui, perante o Conselho Coordenador não ousou fazer tal pergunta pois, sei que o povo não quer justificações, o povo quer comida!

O nosso País, tem elevado potencial agrícola, tem um manancial de recursos inexplorados. Isso, permitir-los-á transformar a crise numa oportunidade de crescimento.

Assim, deveremos sair deste Conselho com ideias claras sobre a forma de enfrentar os desafios que se nos apresentam traduzindo-os num plano de acção do Ministério da Indústria e Comércio, para a produção de alimentos que se centre no desenvolvimento do potencial existente nos distritos.

Excelência
Minhas senhoras
Meus senhores

No prelúdio dos nossos trabalhos, permitam-me que me refira em breves linhas àquilo que considero ter sido a nossa prestação de Nhandanga a Inhassoro.

Quando saímos de Nhandanga, impusémo-nos a tarefa de levar ao conhecimento público os desafios da integração regional para que Moçambique pudesse ser parte relevante no processo, em particular no que se referia à criação da Zona de Comércio Livre a vigorar a partir de 01 de Janeiro de 2008.

De facto, conduzimos diversas palestras e sessões de esclarecimento sobre a matéria, abrangendo um vasto leque de sectores que foram do público, ao privado passando pela sociedade civil. Podemos hoje dizer, com satisfação, que este movimento de divulgação foi de tal ordem que a sociedade civil o acolheu e passou a ser ela própria a principal difusora. O mesmo movimento permitiu que a Estratégia de Moçambique para o Processo de Integração Regional na SADC, aprovada pelo Conselho de Ministros colhesse os anseios das várias sensibilidades.

As negociações entre a SADC e a União Europeia tendo em vista a concretização do Acordo de Parceria Económica, foram também objecto da nossa atenção em Nhandanga. Durante este período as negociações conheceram avanços significativos tendo sido rubricado em finais de Novembro um Acordo de Parceria Económica interino, compatível com as regras e procedimentos da Organização Mundial do Comércio.

Espero que, no decurso deste Conselho Coordenador, se tracem as linhas de acção para a disseminação do documento base do acordo interino e que se encontrem mecanismos para que o mesmo seja divulgado junto da Assembleia da República.

No âmbito da divulgação da imagem do nosso País no exterior é com satisfação que registo o trabalho que tem vindo a ser realizado pelos Conselheiros Comerciais que o Ministério da Indústria colocou em Washington, Lisboa, Genebra, Bruxelas, Johannesburg, Nova Deli e Macau. No processo de análise da sua prestação certamente encontraremos formas de procurar o reforço da sua actividade para que sejam verdadeiros angariadores de investimento estrangeiro para Moçambique.

Excelência
Distintos participantes

Em Nhandanga considerámos que a melhoria do ambiente de negócios constituía pedra basilar com vista à atracção, à promoção de investimento e à consolidação das empresas já estabelecidas. Debatesmos calorosamente este assunto.

As acções desencadeadas para melhorar o ambiente de negócios permitiram:

- Aprovar a Estratégia para a Melhoria do Ambiente de Negócios e o Decreto sobre o Licenciamento Simplificado das actividades económicas;
- Consolidar os Balcões de Atendimento Único, reforçando-os e dando início à nomeação dos seus directores;
- Aprovar a Política de Concorrência e proceder à sua divulgação a nível nacional e provincial;
- Acelerar o processo para a criação de uma inspecção única das actividades económicas;

- Reforçar o diálogo com o sector privado, cujo corolário foi a realização da Décima Conferência Anual do Sector Privado, que contou com a participação de Sua Excia o Chefe de Estado.

Dos esforços empreendidos pelo Governo em coordenação com o sector privado o País registou uma substancial melhoria no “ranking” do “Doing Business” passando do 140º para o 134º lugar. É nossa convicção que a implementação da recém aprovada Estratégia para a Melhoria do Ambiente de Negócios irá contribuir para uma significativa subida no “ranking” do próximo ano.

Excelência

Caros participantes

A nossa economia depende substancialmente das importações. No âmbito da indústria são várias as acções em curso que permitirão atenuar esta situação e assegurar um desenvolvimento económico harmonioso do nosso País, colocando à disposição do nosso povo os produtos de que necessita, contribuindo para a sua sobrevivência e para a eliminação da pobreza absoluta.

Assim, no âmbito das decisões tomadas em Nhandanga, foram desenvolvidas acções orientadas para a criação de um ambiente regulador favorável ao desenvolvimento da indústria nacional e ao ambiente de negócios no geral. Neste período foram aprovados pelo Conselho de Ministros a Política e Estratégia Industrial e a Estratégia para o Desenvolvimento das Pequenas e Médias Empresas e pelo Conselho Consultivo do Ministério da Indústria e Comércio a Estratégia para o Desenvolvimento do Sector Metalomecânico.

Inaugurámos recentemente em Maputo a empresa Arcelor Mittal (Ex Cifel), o que marca o ressurgimento de uma unidade que esteve paralizada por mais de 8 anos. Este investimento representa um grande potencial de geração de rendimentos com outros benefícios associados tais como a criação de cerca de 100 postos de emprego directo e a substituição de importações de material de construção. Inaugurámos igualmente em Beluluane a construção de uma fábrica que até ao fim deste ano vai produzir oleodutos e gaseodutos para o mercado nacional e regional.

Excelência

Distintos participantes

O diagnóstico do sector industrial, realizado no decurso do desenvolvimento da política industrial, identificou constrangimentos e potencialidades. Constatamos assim, com preocupação, que as empresas industriais estão concentradas nos principais centros urbanos e representam mais de 80% do total do parque industrial no País. Mais de 90% destas empresas são micro empresas sem grande expressão na balança comercial. Urge inverter esta situação dando corpo à orientação de fazer dos distritos os pólos de desenvolvimento fomentando o desenvolvimento da industrialização rural.

Em Nhandanga demo-nos conta de que o campo tinha de ganhar outro impulso no que diz respeito à industrialização. É assim que de Nhandanga a Inhassoro criámos a UTPIR – Unidade Técnica para a Industrialização Rural.

Esta unidade tem vindo a realizar um trabalho importante para assegurar a industrialização rural com o objectivo de garantir um aproveitamento integrado dos recursos disponíveis. Acreditamos que a sua criação seja uma mais valia no contributo para a mitigação da crise alimentar.

No decurso deste período esta unidade concentrou as suas actividades em acções de divulgação, de promoção de aquisições de máquinas junto dos conselhos consultivos distritais, de formação e ainda em contactos para a identificação de máquinas adequadas para as zonas rurais. Esta última acção culminou com o estabelecimento de memorandos de entendimento ao abrigo de um dos quais beneficiámos da oferta de uma unidade industrial móvel oferecida ao MIC para a disseminação de conhecimento.

O trabalho desenvolvido criou as bases para o desenvolvimento da proposta de Estratégia de Industrialização Rural que será discutida neste Conselho.

Esperamos pois que os debates que forem levados a cabo nos permitam encontrar respostas para orientarmos de forma integrada o processo de implantação de unidades de processamento no meio rural e para encontrar mecanismos expeditos que ajudem a identificar as potencialidades passíveis de serem transformadas industrialmente, bem como os mecanismos para a valorização dos produtos processados no meio rural.

Excelência
Distintos participantes

Dos nossos debates em Nhandanga ressaltou que deveríamos dar prioridade à melhoria da renda da população rural com o objectivo de correspondermos à orientação de tornar o distrito num pólo de desenvolvimento. Esta melhoria passa como vimos anteriormente pela industrialização. Considerámos que deveríamos prestar atenção aos seguintes aspectos:

- reforço da comercialização agrícola com vista ao escoamento de excedentes e à criação de condições de armazenagem dos mesmos;
- promoção dos produtos nacionais;
- desenvolvimento das infra-estruturas para a qualidade bem como a criação de mecanismos que permitam a melhoria da qualidade dos produtos nacionais;
- acesso aos mercados em particular ao mercado regional.

Assim, acompanhámos e dinamizámos as acções previstas na Estratégia de Comercialização Agrícola, tendo também sido elaborados planos provinciais que facilitam a implementação e o controlo da ECA nas províncias.

Com vista ao reforço da capacidade de armazenagem de cereais tendo em vista a segurança alimentar o Governo disponibilizou recentemente 10 milhões de dólares para a construção de silos.

No âmbito da promoção dos produtos nacionais o lançamento da campanha *Made in Mozambique* e a concessão do respectivo selo, em 2006, a algumas empresas emblemáticas permitiu abrir portas para um amplo programa de valorização dos produtos e serviços nacionais, actualmente 97 unidades espalhadas por todo o País, detém o direito ao uso do selo.

Há quem queira saber do impacto da campanha Orgulho Moçambicano. *Made in Mozambique*. Lançámos um inquérito junto de 23 entidades para avaliar o referido programa. Porém, antes mesmo dos resultados urge perguntar: que mística é essa que faz com os jovens queiram apenas escutar e dançar música moçambicana? Que mística é essa que nos faz preferir a nossa água e não outra? É certamente o resgatar da auto-estima, é o orgulho de ser moçambicano, é a mística de ser *Made in Mozambique*.

A criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento da indústria nacional e à protecção dos consumidores, levou a que o INNOQ desse passos importantes no domínio da qualidade. Assim, aprovámos 36 normas moçambicanas, passando o empresariado nacional a dispor de 72 normas para certificar os seus produtos e serviços.

Foram também dados passos significativos para a criação de um ambiente regulador propício tendo sido elaborado o projecto de lei de metrologia para o Conselho de Ministros e os projectos de regulamento de normalização e avaliação da conformidade, bem como de marcas nacionais no domínio da metrologia e da certificação.

Dizíamos em 2007 que gostaríamos de ver o IPEX mais interventivo e mais presente no quotidiano dos empresários em geral e dos exportadores em particular. Esta mensagem foi acolhida e interpretada de forma criativa pelos trabalhadores do IPEX.

Assim organizaram com mestria a FACIM 2007, que constituiu uma verdadeira amostra do potencial produtivo nacional.

Fizeram um diagnóstico da produção nacional que de forma não fiscalmente reconhecida abastece os mercados regionais, visitando as seis províncias que fazem fronteira com os países vizinhos.

No esforço de minorar o impacto negativo causado pela limitação orçamental, o IPEX angariou ainda parcerias significativas de entre elas a União Europeia, o CBI da Holanda e a USAID através de projectos cujo impacto irá contribuir para o melhor desempenho da instituição.

Em Nhandanga verificámos a relevância da Propriedade Industrial. Constatamos, assim, com satisfação que o IPI tem levado a cabo um amplo trabalho de divulgação das suas actividades o que abrangeu mais de 500 pessoas em vários pontos do País incluindo os distritos. Habilitou igualmente agentes de propriedade industrial.

A forte adesão das empresas moçambicanas ao sistema de registo de propriedade industrial, representando hoje 41% do total das marcas registadas no país levou a que o IPI preparasse a sua expansão para as províncias. Assim considera-se que a curto prazo fruto da inclusão de pontos focais do IPI em todos os balcões únicos e da implantação de delegações regionais em todo o País venha a haver uma expansão acentuada do registo o que contribuirá para o desenvolvimento da economia acrescentando valor aos produtos moçambicanos.

Excelência

Distintos participantes

Consciente da importância de que se revestem os recursos humanos como os mais preciosos elementos de qualquer instituição demos passos significativos para a organização dos vários órgãos do Ministério, procedemos à reestruturação da administração e finanças e aprimorámos a gestão dos recursos humanos. Assim, apraz-nos notar que o esforço que tem vindo a ser realizado já deu alguns frutos, dos quais se destacam:

- A elaboração de procedimentos para a organização dos vários órgãos do Ministério da Indústria e Comércio, com especial destaque para o funcionamento dos colectivos (Conselho Coordenador, Conselho Consultivo, Conselho Consultivo Alargado, Conselho Técnico, Teleconferências);
- A conclusão e envio do Estatuto Orgânico, do Quadro de Pessoal e dos Qualificadores Profissionais ao Ministério da Função Pública para aprovação;
- O reforço de acções de formação de curta e longa duração que envolveram mais de 200 funcionários do Órgão Central, das instituições subordinadas e das tuteladas bem como das direcções provinciais;
- O envolvimento na campanha de sensibilização sobre as medidas de prevenção e combate ao HIV-SIDA e em projectos de apoio social aos trabalhadores afectados pelo HIV-SIDA;
- O reforço do apoio em transporte aos funcionários com a aquisição de três mini autocarros.

A necessidade de proceder ao aproveitamento racional e integrado das capacidades existentes dentro da instituição levou a que fosse privilegiado o trabalho em grupo para a realização de acções importantes e de curta duração, sendo de destacar o trabalho realizado por alguns destes grupos:

- O grupo que produziu a estratégia da integração regional;
- O grupo que produziu o plano de acção para a integração regional - JOSELO;
- O grupo que produziu a estratégia de industrialização rural - GOJACA;
- O grupo que produziu o plano de acção para fazer face à crise alimentar.

Recomendamos pois o investimento contínuo nas acções de valorização dos quadros afectos aos vários órgãos do Ministério e na continuação do desenvolvimento de procedimentos tendo em vista permitir uma resposta organizada e atempada aos múltiplos desafios que se nos apresentam.

Excelência

Distintos participantes

Relativamente à evolução do Plano Económico e Social importa dar a conhecer alguns números que ilustram o desempenho do nosso Ministério:

- Em 2007 a taxa de crescimento da produção industrial foi de 3% incluindo a MOZAL e de 11,3% sem a MOZAL. Para este crescimento contribuiriam de modo substancial as indústrias alimentares e de bebidas (15,8%).

No entanto o primeiro trimestre de 2008 registou um crescimento negativo de -2,7%, incluindo a MOZAL e um crescimento positivo de 4,4% (sem MOZAL). Continuam a contribuir significativamente para o crescimento as indústrias alimentares e de bebidas.

Prevê-se que a produção industrial venha a melhorar no 2º semestre, tendo em vista o crescimento de 5% previsto para este sector em 2008.

- A comercialização agrícola em 2007 cresceu 12,3% em relação a 2006, prevendo-se que em 2008 cresça 4,3% relativamente ao realizado em 2007. No primeiro trimestre de 2008 a campanha agrícola apenas abrangeu a castanha de caju e a mafurra. A comercialização da castanha de caju superou as metas previstas em cerca de 10% e registou um crescimento de 21,5% em relação a igual período de 2007.
- A rede comercial do País comporta 32 435 estabelecimentos comerciais na sua maioria retalhistas. Desde a altura em que se iniciou a divulgação do novo regulamento do licenciamento da actividade comercial registaram-se 7552 novos estabelecimentos o que demonstra a dinâmica do processo.
- O sector informal emprega actualmente mais de 70% dos intervenientes no comércio. A implementação do novo regulamento do Licenciamento das Actividades Comerciais tem permitido a integração gradual dos informais no sector formal foram já emitidos (até finais de Março de 2008) em todo o País 29 545 cartões de actividade comercial rural.
- O reforço das actividades de inspecção levou a que se reactivasse a fiscalização dando-se primazia à inspecção educativa, mesmo assim nos 5 938 estabelecimentos fiscalizados em 2007, na sua maioria retalhistas, detectaram-se infracções que se prendem com a rotulagem irregular, produtos fora do prazo, comércio ilegal, entre outros.

Excelência

Distintos participantes

Um momento ímpar para o Ministério da Indústria e Comércio foi a visita de Sua Excelência o Presidente da República, que reconheceu o trabalho por nós desenvolvido e nos encorajou a prosseguir com as acções tendentes à melhoria do desempenho e ao cumprimento do Plano Quinquenal do Governo.

Estamos conscientes que o caminho a percorrer é ainda longo. Por isso, a reunião que hoje começa reveste-se de uma importância capital. Sabemos da determinação de V.Excias de trazer a felicidade para as crianças e mulheres de Inhassoro, para trazer o bem estar para o Homem do país inteiro.

Escolhemos Inhassoro para medir o pulso do Ministério.

Espero que o ulular dos mares de Inhassoro, a pacatez da vila que nos acolhe, o calor das suas gentes, que nos faz sentir em casa, nos propiciem ambiente para uma reflexão profunda.

Declaro aberto o VI Conselho Coordenador do Ministério da Indústria e Comércio.

Inhassoro aos 18 de Junho de 2008